

85.00.00

# projeto zumbi dos palmares



*Um crime contra a humanidade*  
*Perguntas e respostas sobre o **apartheid***  
*na África do Sul.*

## APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Departamento Geral de Cultura, com o apoio do Centro de Informação das Nações Unidas, ao divulgar este documento integrado às atividades do Projeto Zumbi dos Palmares, associa-se ao movimento internacional de repúdio ao regime do apartheid vigente na África do Sul.

O Projeto Zumbi dos Palmares tem como compromisso básico a luta contra a discriminação racial e social e a defesa e valorização das manifestações culturais brasileiras, que são tributárias das culturas oriundas da África Negra. O Projeto busca contribuir na construção de uma visão plural e democrática de cultura, totalmente despida de preconceitos, onde seja possível ver a verdadeira face do povo do Brasil, em toda a sua multiplicidade.

É no caminho da difusão do humanismo, de um humanismo que recusa as formas hierarquizadas de compreender as etnias e as culturas, que segue o Projeto Zumbi. Neste sentido, é que nos identificamos com a campanha internacional contra a política do apartheid na África do Sul e procuramos contribuir, no âmbito da rede municipal de ensino público do Rio de Janeiro, para a divulgação deste documento produzido pela Organização das Nações Unidas e traduzido pela Equipe do Projeto Zumbi, coordenado pela Professora Maria José Lopes da Silva.

Registramos aqui os nossos agradecimentos à Equipe do Projeto e ao Centro de Informação das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, que viabilizaram esta edição.

AFONSO CARLOS MARQUES DOS SANTOS  
Diretor Geral

INTRODUÇÃO



UM CRIME CONTRA A HUMANIDADE  
PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE O APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Agosto, 1983)

Prefácio

Este pequeno trabalho descreve, através de perguntas e respostas, o regime do apartheid que vigora na África do Sul, as condições sob as quais a maioria de seus cidadãos vive, os métodos utilizados pelo governo para perpetuar a dominação da minoria branca, e, as medidas definidas ou preconizadas pela Organização das Nações Unidas, tendo em vista o fim do apartheid.

Os fatos, números e citações que aparecem neste trabalho foram extraídos tanto de documentos da Organização das Nações Unidas, como de fontes do próprio governo sul-africano, além de várias publicações.

A Assembléia Geral das Nações Unidas tem contribuído para a mais ampla divulgação da política do apartheid na África do Sul, no sentido de garantir o apoio da opinião pública em favor da luta da Organização em prol do fim do apartheid.

O QUE É O APARTHEID ?

Apartheid, uma palavra africâner que significa separação, é o nome dado pelo governo da África do Sul ao seu sistema

---

\* Traduzido do original "A Crime Against Humanity" - Questions and Answers on Apartheid in South Africa, United Nations, August, 1983, pela Equipe do Projeto Zumbi dos Paimares.

de segregação racial, opressão e exploração. Esse sistema permite aos brancos, que representam menos de um quinto da população, controlarem os negócios do país.

No apartheid, a liberdade de trânsito e os direitos políticos e sócio-econômicos dos negros, mestiços e asiáticos estão absolutamente restringidos. Oitenta e sete por cento do país está marginalizado pela minoria branca. Os negros são violentamente segregados, removidos pelo governo para reservas que constituem menos de treze por cento da área menos produtiva do país.

O apartheid é a base da estrutura político-econômica da África do Sul: indústrias e negócios - pertencentes exclusivamente a brancos e servindo a interesses estrangeiros - beneficiam-se do apartheid, através da exploração dos africanos, destituídos de suas terras e recursos naturais, e que trabalham arduamente em troca de salários miseráveis, fornecendo a mão-de-obra barata da qual a economia sul-africana depende.

Os brancos têm implementado uma política de segregação racial desde que os holandeses boâres e os ingleses se juntaram para formar a União da África do Sul, em 1910. Em 1948, quando o Partido Nacional subiu ao poder, o apartheid tornou-se a política oficial do Estado. Os líderes do partido governista costumam argumentar que as raças precisam ser separadas para evitar conflitos. Toleram aquilo que se chama "desenvolvimento em separado" dos diversos grupos, a fim de perpetuarem o controle e a dominação sobre "raças não brancas que estão no estágio menos desenvolvido de civilização".

O ex-Primeiro Ministro sul-africano, Hendrik F. Verwoerd, declarou, em 1963: "Simplificando o problema, é apenas isto: nós queremos proteger a África do Sul branca... 'proteger' o branco só pode significar uma coisa: a dominação branca. Não é a liderança, nem o governo, e sim o controle, a supremacia".

## QUAL A POSIÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM RELAÇÃO AO APARTHEID ?

A Assembléia Geral das Nações Unidas considerou o apartheid "um crime contra a Humanidade", e o Conselho de Segurança da ONU considerou o apartheid um crime contra a consciência e a dignidade humanas. Todos os organismos das Nações Unidas envolvidos com direitos humanos, discriminação racial e descolonização - e quase todos os Estados membros - denunciaram o apartheid.

A Assembléia Geral das Nações Unidas declarou que toda política baseada na discriminação e na superioridade racial é "censurável e incompatível com a dignidade humana" e que "a discriminação racial e o apartheid... constituem um sério obstáculo ao desenvolvimento econômico e social, à cooperação internacional e à paz".

Coerentes com tais teses, os organismos das Nações Unidas aprovaram várias medidas a serem implementadas pela comunidade internacional, tendo em vista o fim do apartheid. As principais decisões e recomendações encontram-se nas respostas às questões que se seguem.

### COMO O GOVERNO SUL-AFRICANO CLASSIFICA A POPULAÇÃO ?

Na África do Sul, cada pessoa é classificada pela raça, e entra nos registro da população de acordo com a sua classificação. Os quatro grupos principais são:

- "brancos", para designar pessoas de descendência européia;
- "africanos" ou "bantu", para designar pessoas de "qualquer raça aborígine ou tribo africana";
- "asiáticos", para designar pessoas originárias da Ásia (princi-

palmente indianos e paquistaneses);

- "mestiços", categoria que também inclui certos grupos específicos, como os Cape Malays.

De acordo com o censo de 1980, a população, por etnia , é a seguinte (número aproximado):

Africanos .....	22.500.000
Branços .....	4.400.000
Mestiços .....	3.000.000
Asiáticos .....	<u>880.000</u>
Total .....	30.780.000

O sistema de classificação racial é importantíssimo na África do Sul, uma vez que os direitos e as liberdades do indivíduo são determinados de acordo com o grupo racial em que foi classificado. Isso determina onde vai morar, que tipo de trabalho vai fazer, que tipo de educação vai receber, que direitos políticos vai gozar, com quem vai casar, onde vai se divertir, e que liberdade de ação e de movimento vai ter.

De acordo com o Decreto de Registro Populacional de 1950, qualquer pessoa maior de 16 anos precisa portar um cartão de identidade racial, que deverá apresentar quando solicitada. O Decreto Bantu de 1952 (Abolição do Passe e Coordenação de Documentos) determinava que todo africano com mais de 16 anos precisava portar um "livro de referências" - um documento de cerca de 90 páginas contendo o cartão de identificação, impressões digitais , retrato, folha de serviço, recibos de impostos, além da permissão para transitar na área e deslocar-se para trabalhar. Qualquer africano comete delito se não carrega o seu livro de referências. O sistema da "Lei do Passe" é a chave do apartheid e do controle do trabalhador. Mais de 13 milhões de africanos foram condenados pela Lei do Passe, desde que o Partido Nacional subiu ao poder, em 1948.

## COMO O APARTHEID ATINGE OS AFRICANOS, MESTIÇOS E ASIÁTICOS ?

Para os negros da África do Sul, quase tudo na sua vida é controlado e limitado pelo Estado. O apartheid é uma experiência diária e contínua para essas pessoas.

Por exemplo, cada raça vive em distritos separados e viaja em ônibus e trens separados. Frequentam escolas, igrejas, restaurantes, cinemas, praias, clubes e eventos esportivos separados. Entram e saem por portas diferentes e utilizam cabines telefônicas e pontos de táxi diferentes. Internam-se em hospitais separados e são enterrados em cemitérios separados. Existem horários distintos para brancos e negros frequentarem bibliotecas, zoológicos, galerias de arte, museus e jardins públicos. Não há, na África do Sul, nem mesmo a pretensão de se criarem condições separadas, porém iguais. As condições de vida dos brancos são infinitamente superiores aos dos negros.

Africanos, mestiços e asiáticos são excluídos de vários tipos de emprego e ficam limitados às mal remuneradas ocupações domésticas.

O governo sul-africano recusa-se a permitir a representação da maioria negra no Parlamento, e restringiu, severamente a oposição política. Vem removendo milhares de africanos de suas casas nas cidades para reservas distantes, além de estabelecer "guetos" para mestiços e asiáticos. Líderes negros e milhares de pessoas têm sido presos, e vários deles torturados e condenados. Muitos têm cumprido pena ou foram executados pelo rígido apartheid e pelas leis "de segurança". Muitos brancos opositores do apartheid também têm sido perseguidos e presos.

De acordo com a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, as restrições à liberdade de movimento e de moradia, além

das medidas que proíbem a formação de grupos, "interferem seriamente nos direitos dos africanos, particularmente no que diz respeito a levarem uma vida privada livre e sem intromissões".

## COMO É QUE A SEGREGAÇÃO RACIAL FUNCIONA ?

A segregação racial é levada a cabo através da divisão do país em uma área (européia) branca (que compreende 87 por cento do território sul-africano) e a chamada "reserva africana" (que compreende os restantes 13 por cento), e ainda pela segregação da população numa área branca, dentro das chamadas "zonas específicas".

Embora os negros superem os brancos numa proporção de mais de 5 por 1, são removidos pelo governo para reservas que constituem apenas 13% do país. Essas áreas são consideradas como "reservas étnicas" ou "bantustões" para cada uma das chamadas "unidades nacionais" da população africana, de acordo com a definição do governo. Pela densidade populacional, essas "unidades" são Zulu, Xhoso, Tswana, Pedi, Sotho, Shangaan, Swazi, Venda, Ndebele e outras.

As chamadas "reservas étnicas" nem chegam a ser um território íntegro. As dez "nações" estão dispersas pelo país, em mais de 80 pedaços de terra separados e descontínuos. A "reserva étnica" Zulu, por exemplo, consiste de 29 territórios diferentes.

Os sul-africanos controlam todos os que estão nas "reservas étnicas". O governo declarou que essa política pretende transformar a "reserva étnica" Zulu num auto-governo. O Transkei, Bophutatswana, Venda e Ciskei já foram declarados Estados "independentes". A Assembleia Geral das Nações Unidas denunciou esta suposta independência e pediu a quase todos os governos que recusassem qualquer forma de reconhecimento a esses "bantustões".



As razões são evidentes. O território dos bantustões é o menos produtivo e o que tem menos recursos minerais de toda a África do Sul.

Enquanto quase 50% de africanos vivem, para efeito legal, nas "reservas étnicas", menos de 15% de toda a renda africana é gerada ali. Calcula-se, extra-oficialmente, que o desemprego nas "reservas étnicas" oscile entre 40 e 80%. Setenta e cinco por cento da população constituem-se de mulheres, já que a maioria da população masculina sai em busca de emprego nas "zonas brancas". A fome açarreta a morte da metade das crianças que nascem nas "reservas étnicas" - isto, no país africano maior exportador de alimentos.

Apesar da opressão imposta aos africanos, o governo continua a remover as pessoas brutalmente para as "reservas étnicas". Desde 1948, mais de 2.1 milhões de africanos foram removidos - a maior migração humana da História em tempo de paz.

A Assembléia Geral das Nações Unidas condenou o sistema dos "bantustões" e a remoção forçada dos africanos. Considerou-os "uma violação aos seus direitos inalienáveis", contrários ao princípio da auto-determinação e prejudiciais à integridade do território e à unidade do povo. "O verdadeiro propósito dos bantustões" declarou a Conferência, "é dividir o povo, jogando uma tribo contra a outra, para enfraquecer a luta em prol de seus legítimos e inalienáveis direitos", e também "consolidar e perpetuar a dominação e a exploração da minoria branca sobre os africanos e outros não brancos da África do Sul".

COMO SE APLICAM AS LEIS QUE RESTRINGEM A LIBERDADE DE MORADIA ?

Na verdade, a maioria dos africanos mora fora das "reservas étnicas". Trabalham nas minas, fábricas, fazendas

casas de família localizadas nas "zonas brancas", constituindo a maioria da população daquelas áreas. Mas, em geral, são considerados trabalhadores estrangeiros, migrantes, e devem morar em locais separados dentro das "zonas brancas".

Mais de 57% dos homens economicamente ativos, que foram transferidos para as reservas, estão sempre ausentes. E isto, não apenas porque os recursos econômicos e as oportunidades de emprego nas reservas são escassos, mas também porque a economia sul-africana depende da mão-de-obra africana fora das reservas. Para compensar esses "não residentes" africanos que trabalham nas "zonas brancas", o governo criou a ficção legal de uma população de jure das "reservas étnicas". Assim, os africanos são removidos para uma pátria" nos diversos "bantustões", apesar de nunca terem morado lá e de terem pouca ou nenhuma ligação com esse lugar.

A remoção forçada das famílias mestiças e asiáticas de uma área para outra foi legitimada por um decreto que permite ao governo atribuir algumas áreas fora das reservas - principalmente em áreas urbanas - para grupos ou subgrupos raciais específicos. Membros de outros grupos são, então, solicitados a mudarem-se. Mais de mil dessas "áreas" têm sido denunciadas. Famílias mestiças e mais de 35.000 famílias asiáticas têm sido removidas à força pelo Decreto.

QUAIS SÃO ALGUNS DOS "PODE" E "NÃO PODE" PARA OS AFRICANOS ?

Nenhum africano pode entrar nas zonas urbanas sem portar o passe, nem ali permanecer por mais de 72 horas, a não ser que tenha autorização para trabalhar lá. Só pode fixar residência na área urbana, se vive ali desde o nascimento ou se ali trabalha para o mesmo empregador durante dez anos corridos.

Geralmente, apenas os homens solteiros são admitidos para trabalhar nas "zonas brancas". Assim, muitos deles são força -

dos a passar longos períodos longe de suas famílias, residentes nas reservas. A mulher de um trabalhador citadino pode visitá-lo por um período de apenas 72 horas, e assim mesmo, só conseguindo autorização. Os trabalhadores podem ser "deportados" para outra área por violação de uma série de regulamentos bastante rígidos.

Nenhum africano tem o direito de ser proprietário de terra em qualquer lugar da África do Sul, nem é intenção do governo atual permitir-lhe este direito, mesmo nas chamadas zonas africanas.

É difícil, mas não impossível, fazer amigos ou conhecidos entre pessoas de outro grupo racial. O toque de recolher impede os africanos de andar fora da sua zona depois das 21 horas. Pessoas de raças diferentes são proibidas de se divertirem ou participarem de atividades culturais e esportivas juntas. Times e ginásios de esporte mistos são proibidos, a menos que se consiga uma autorização.

As relações sexuais entre pessoas de raças diferentes são proibidas pelo Decreto da Imoralidade, de 1950. A cada ano, homens brancos e mulheres africanas, mestiças e asiáticas vêm sendo condenados por cometerem delito sexual.

#### COMO SE CLASSIFICA A FORÇA DE TRABALHO SUL-AFRICANA ?

No final de 1978, havia na África do Sul 9.294.000 pessoas economicamente ativas, como mostram os dados:

Africanos .....	6.353.000
Brancos .....	1.861.000
Mestiços .....	836.000
Asiáticos .....	244.000

Os brancos, que constituem menos de um quinto da população economicamente ativa, ocupavam mais de 67% dos cargos de chefia e postos técnicos existentes.

#### E SOBRE O DESEMPREGO ?

Em princípio, todos os brancos economicamente ativos estão empregados. Oficialmente, existem 500.000 negros desempregados, ou seja, 9,2% da população economicamente ativa. Mas, extra-oficialmente, a estimativa é de mais de dois milhões, isto é, mais de 25% da população adulta. Muitos estão subempregados..

#### QUANTO GANHAM OS AFRICANOS E QUAL O SEU RENDIMENTO EM RELAÇÃO AOS BRANCOS ?

Os africanos oferecem uma força de trabalho abundante e barata à economia sul-africana, e o governo pretende que esta situação não mude tão cedo, seguindo uma política de exclusão dos africanos, mestiços e asiáticos das ocupações especializadas e melhor remuneradas. Diversas leis garantem os melhores empregos para os brancos.

Embora os brancos integrem apenas 18% da força de trabalho, ganham 64% de toda a renda na África do Sul. Por outro lado, os africanos ganham somente 26%, embora constituam 70% da força de trabalho. Muitos estão na mineração e na agricultura. Na primeira, o rendimento dos brancos é seis vezes maior que o dos africanos, e na segunda, vinte vezes maior. O rendimento médio dos brancos é doze vezes maior que o dos africanos, seis vezes maior que o dos trabalhadores mestiços e quatro vezes maior que o dos asiáticos.

O rendimento mínimo - abaixo do qual "saúde e decência não podem ser mantidas" - era de 123,3 rands por mês, em 1976. Mas em 1980, mais de 60% das famílias africanas se situavam abaixo des te rendimento.

Em 1976, mais da metade das famílias brancas, nas principais áreas urbanas, tinham empregadas africanas, pagando-lhes cer ca de 17 rands por mês, sendo que metade deste salário era pago em alimentação e moradia. O restante era pago em espécie.

A diferença de padrão de vida é enorme. Por exemplo , mais de 90% das famílias brancas têm geladeira, contra menos de 2% para as famílias africanas. Apenas uma família africana em mil tem telefone. Poucos têm carro, embora haja um carro para cada 3,5 brancos.

Por causa da escassez da força de trabalho especializada, muitos africanos, mestiços e asiáticos têm sido aproveitados em ocupações de brancos - mas ganhando salários muito baixos. Entre os ferroviários, por exemplo, um trabalhador branco, antiga - mente, ganhava 80 centimos por hora para limpar fundição grossa , considerado um trabalho semi-especializado. Esta atividade passou a ser vista como "não especializada", passando os africanos a e - xercer este trabalho ganhando 25 centimos por hora.

Para manter os africanos nas reservas e continuar a beneficiar-se de sua força de trabalho, o governo criou as "indústrias de fronteira", nas vizinhanças das reservas. Essas indústri as não se obrigam a aplicar o regulamento do salário mínimo e podem até pagar salários mais baixos - muitas vezes menos da metade dos já aviltados salários de outras áreas.

A África do Sul é o país mais industrializado do conti nente africano e a comunidade branca tem uma renda per capi -



ta maior do que em qualquer outro país daquele continente - na ver  
dade, um dos mais altos do mundo. Porém, o salário da comunidade  
africana é um dos mais baixos do mundo.

## OS AFRICANOS PODEM MELHORAR A SUA SITUAÇÃO ATRAVÉS DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES ?

Não. Os sindicatos africanos existem, mas, até 1979, não  
tinham estatuto legal. Por isso, os trabalhadores africanos não  
tinham força legal para defender seus direitos através dos sindi-  
catos. Perseguição policial, processos criminais e banimento é o  
que sofrem os líderes sindicais. Ainda, há outras medidas repres-  
sivas, como demissões e expulsão das áreas urbanas e industriais.  
Os sindicatos anti-racistas não conseguiram resistir, a não ser  
em circunstâncias especiais. O Congresso dos Sindicatos de Traba-  
lhadores Sul-Africanos (SACTU), a mais antiga confederação sindi-  
cal, fundamentada em princípios anti-racistas, foi obrigado a atu  
ar no exílio.

O direito de greve para os africanos só veio em 1973 ,  
mas com tantas restrições, que a torna virtualmente impossível. En  
tretanto, os africanos vêm assumindo os riscos, tanto a nível pes  
soal quanto coletivo, organizando freqüentemente greves e movimen  
tos, nos últimos anos.

## OS AFRICANOS PAGAM IMPOSTOS?

Pagam. Embora representem o segmento mais pobre da popu-  
lação, os africanos pagam impostos mais altos que os brancos. Qual  
quer africano do sexo masculino, com mais de 18 anos, tem que pa-  
gar um imposto anual de 250 rands, um imposto de um rand por uni-  
dade de moradia, além do imposto tribal. Os brancos não pagam ne-

nhum destes impostos. Além disso, os africanos pagam imposto sobre os salários acima de 360 rands. Os brancos só pagam impostos sobre salários acima de 750 rands, se forem solteiros, ou de 1000 rands, se forem casados.

#### EM QUE MEDIDA O APARTHEID ATINGE A SAÚDE DOS AFRICANOS ?

A saúde dos africanos é inevitavelmente prejudicada pelo salário mínimo, pelas restritas oportunidades de emprego e educação, pelo baixo padrão de vida e pelos baixos investimentos do governo na área de saúde.

Doenças como a tuberculose e a kwashiorkor (causada pela desnutrição) estão disseminadas entre os africanos. Existe um médico africano, mestiço ou asiático, para cada 45.000 pessoas destes grupos raciais, embora haja um médico branco para cada 370 pessoas brancas. Entre 1968 e 1977, apenas 3% dos médicos formados pelas faculdades de medicina sul-africanas eram africanos. A proporção de enfermeiras é de uma para cada 1000 pacientes, nos raríssimos hospitais disponíveis para africanos. Já para os brancos, a proporção é de 1 para 152.

Estudos levados a efeito nas escolas para crianças africanas revelaram que estas são, indiscutivelmente, desnutridas e que quase a metade das crianças africanas das reservas morrem antes de completar 5 anos. Estima-se que uma criança mestiça e duas africanas morram de desnutrição a cada 35 minutos, na África do Sul.

O índice de mortalidade infantil entre os africanos - um dos mais altos do mundo - é de 69 em 1000, nas áreas urbanas, e de 282 em 1000, nas zonas rurais. Entre os brancos, a estimativa é de 12 em 1000, uma das mais baixas do mundo.

Nos últimos anos, a tuberculose tem afetado 10 vezes mais africanos e mestiços do que aos brancos.

A expectativa de vida para os sul-africanos apresenta - se assim: 65 anos para os homens brancos e 71 anos para as mulheres brancas; 57 e 59 anos, respectivamente, para os mestiços. O governo não informou qual a expectativa de vida para a comunidade africana.

### COMO É QUE FUNCIONA A POLÍTICA EDUCACIONAL SUL-AFRICANA ?

Cada raça é educada separadamente e de maneira diferenciada, de modo a prepará-las para um lugar pré-determinado na sociedade.

O governo acha que os gastos com a educação dos africanos deviam ser assumidos principalmente por estes, e, por isso, aumentou-lhes os impostos. O governo gasta cerca de 10 vezes mais com a educação das crianças brancas do que com a educação das crianças africanas. O ensino é obrigatório e gratuito para as crianças brancas, mas não para as crianças africanas.

Os alunos brancos e mestiços recebem gratuitamente o livro didático, em todas as séries. Os alunos africanos do 1º e do 2º graus têm que pagá-los, e essa despesa, a cada ano, torna-se maior do que o salário dos trabalhadores africanos. Os pais destes alunos, ao contrário dos brancos, pagam a taxa escolar.

A proporção aluno/professor é de 20 por 1, para os brancos, e de 47 por 1, para os africanos. Mais de 70% das crianças africanas deixam a escola primária nas primeiras séries. Muitos saem da escola por falta de vagas. As escolas de 2º grau para afri-

canos são insuficientes: somente 5% dos alunos africanos frequentaram o 2º grau, em 1975.

Dentre os 22 milhões de africanos, apenas cerca de 5000 frequentam o curso superior. Algumas escolas preparatórias informaram que, em 1979, receberam apenas 16.015 alunos. Dentre o pequeno número de africanos que cursam a Universidade, a maioria (9.026) matriculou-se em cursos por correspondência.

Dados da UNESCO sobre o apartheid mostram que os livros didáticos sul-africanos ensinam aos africanos que eles ocupam uma posição inferior na sociedade. As crianças brancas aprendem que os europeus são superiores e que os africanos são "primitivos e bárbaros".

#### QUAL A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA NO REGIME DO APARTHEID ?

De uma maneira geral, as mulheres negras sul-africanas estão sujeitas às mesmas práticas discriminatórias que os homens. Não são consideradas sul-africanas, não podem viver onde querem, nem gozar os privilégios políticos e sócio-econômicos reservados à mulher branca.

Devido ao fato de as leis do apartheid proibirem as mulheres africanas de viverem nas áreas reservadas aos maridos, nos seus locais de trabalho, e devido ao fato de que seus maridos e pais muitas vezes trabalham longe e recebem baixos salários, a mulher africana é, muitas vezes, obrigada a sustentar sozinha a família, em condições bastante difíceis. As mulheres que vivem nas "reservas étnicas" sustentam-se com dificuldade, cultivando a terra, ou trabalhando como operárias nas fazendas dos brancos. As que moram na cidade sobrevivem trabalhando como empregadas domésticas nas casas dos brancos.

Alimentação inadequada, condições de trabalho aviltantes e falta de assistência médica garantem uma alta taxa de mortalidade entre as mulheres e crianças africanas.

Apesar da opressão, as mulheres negras do apartheid sul-africano têm se mostrado capazes de participar intensamente da luta sindical e de outros movimentos. Em 1956, arriscando a própria vida, cerca de 20000 mulheres negras de toda a África do Sul procuraram o ministro Strijdom, em seu escritório, em Pretória, para protestar contra a ampliação do sistema de "passes" às mulheres africanas. Atualmente, continuam a participar ativamente da luta em prol da eliminação do apartheid na África do Sul.

QUAIS OS DIREITOS POLÍTICOS DOS AFRICANOS, MESTIÇOS E ASIÁTICOS  
SUL-AFRICANOS ?

Em tese, os direitos políticos dos africanos, mestiços e asiáticos, na África do Sul, não existem.

O Parlamento é composto somente de brancos. Nenhum africano votou ou obteve cargo no governo, desde 1936. As duas maiores forças políticas africanas - o Congresso Nacional Africano e o Congresso Pan-Africano - foram banidas depois do Decreto das Organizações Ilegais, de 1960.

Os partidos multirraciais foram proibidos pelo Decreto de Proibição de Interferência Política, de 1968: o Partido Progressista foi forçado a só aceitar brancos; já o Partido Liberal resolveu afastar todos aqueles que tinham um compromisso com o movimento multirracial.

As reuniões de africanos foram proibidas, por uma série de razões: por exemplo, uma reunião pode ser proibida se "ficar



provado que vai incomodar a vizinhança", ou "para afastar o perigo comunista". As organizações asiáticas e mestiças também ficaram paralisadas devido à perda de líderes que foram banidos.

Qualquer pessoa pode ser banida sem acusação ou julgamento, de acordo com o Decreto de Defesa Interna. Geralmente, uma pessoa banida fica restrita a uma determinada área, não pode falar em público, nem ser citada publicamente. Também não pode publicar nada, nem ser vista em grupos de duas ou mais pessoas. Muitos estão sob prisão domiciliar.

Geralmente, o banimento tem um prazo de cinco anos, mas normalmente é prorrogado. Desta forma, o governo transforma os banidos em "não-pessoas". Em 1980, cento e cinquenta e cinco pessoas foram banidas.

Outras formas de repressão e controle aos críticos do apartheid são a prisão comum, a prisão incommunicável por tempo indeterminado e sem julgamento, a prisão preventiva e a deportação ou banimento para áreas distantes. Apesar da repressão, a posição ao apartheid cresce cada vez mais.

#### EXISTE CENSURA NA ÁFRICA DO SUL ?

Sim, existe. Instaurou-se a censura depois do Decreto das Publicações e Diversões, em 1963. Este decreto proíbe "publicação, produção, importação ou distribuição de qualquer publicação ou matéria "indesejável". O decreto define como indesejável a publicação que comprometa a vida do país, ridicularize as pessoas ou prejudique a segurança e a tranquilidade do país.

O governo tem tomado várias medidas junto às rádios, cinemas e noticiário internacional, objetivando impedir que o povo

sul-africano tome conhecimento de qualquer informação que promova a integração racial ou critique o apartheid. Cerca de 12000 livros e outras publicações já foram proibidas. Depois do Decreto de Repressão ao Comunismo, expressões utilizadas oralmente ou por escrito, por quase 760 pessoas, inclusive escritores bem conhecidos, foram proibidas.

Vários escritores residentes na África do Sul têm sido alvo de intensa perseguição, inclusive banimento. Jornalistas têm sido presos sem provas e banidos; seus passaportes são confiscados e sofrem perseguição tanto no trabalho como em sua própria casa. Muitos filmes foram proibidos. Alguns são liberados apenas para brancos.

O controle da informação não se processa apenas dentro do país, mas também através de uma propaganda aberta e massiva no exterior. O escândalo do Ministério das Comunicações, que possivelmente derrubou o governo do Primeiro-Ministro John Voster, envolveu gastos superiores a 72 milhões no exterior, com a finalidade de influenciar a opinião pública estrangeira em favor da África do Sul.

#### QUANTOS PRESOS EXISTEM NA ÁFRICA DO SUL?

Em cada 100.000 pessoas na África do Sul, 417 estão presas. Se compararmos esta proporção com a Inglaterra e a França, por exemplo, teremos 72,5 e 70, em cada 100.000, respectivamente. Já na Holanda, a proporção é de 25 em 100.000. Mais de 25% dos prisioneiros são negros, condenados pelas inúmeras leis do apartheid, como a Lei do Passe, do Controle da Migração e as leis que regulamentam os trabalhadores bantu.

## QUAL É A SITUAÇÃO DO PRESO ?

Minucioso exame levado a efeito pelas Nações Unidas constatou que alimentação, higiene, roupas e acomodações "não estão , infelizmente, dentro dos padrões internacionais e civilizados". As condições carcerárias, para os prisioneiros africanos, mestiços e asiáticos são "absolutamente desumanas".

## COMO SÃO TRATADOS OS PRESOS POLÍTICOS SUL-AFRICANOS ?

A Comissão Especial das Nações Unidas Contra o Apartheid e o grupo de trabalho de especialistas da Comissão de Direitos Humanos da África Austral, ad hoc, receberam o testemunho de várias vítimas de agressões e torturas por parte da polícia sul-africana. O que se segue é apenas um exemplo:

"Eles me mandaram (os policiais) dar-lhes toda a informação que eu tivesse sobre o movimento político da África do Sul. Me recusei, dizendo-lhes que não tinha nenhuma informação. Enfiaram um saco na minha cabeça e me amarraram os joelhos. Depois me penduraram pelos pés e me balançaram no ar como um pêndulo de relógio, deixando minha cabeça bater no chão. Depois me deitaram no chão. Os policiais acenderam fósforos e ameaçaram me queimar, se eu me recusasse a falar. Aí, senti que amarravam um barbante, ou uma outra coisa, nos dedos dos meus pés. Falaram que iam aplicar choque elétrico no meu corpo, o que realmente fizeram, a intervalos de três a cinco minutos. Isto continuou, durante 1 hora e meia. Quando terminou, não podia mais ficar em pé, e quando me apoiiei na mesa, me surraram.

Em seguida, me mandaram fazer vários exercícios, até cansar. Depois, dois policiais me puxaram até a janela, deixaram meu corpo pendurado para fora e me seguraram pelos pés. De vez em

quando soltavam um deles. Estávamos no terceiro andar. Depois de algum tempo, me puxaram para dentro da sala. Me interrogaram de novo, e quando insisti em não falar, me bateram outra vez e me jogaram no chão, me chutando e dando socos. Quando terminaram, me deixaram numa outra sala, de onde pudesse ouvir os gritos de outro preso recebendo o mesmo tratamento."

#### A PENA DE MORTE É APLICADA NA ÁFRICA DO SUL ?

É. De 1969 a 1979, setecentas pessoas foram executadas pela legislação sul-africana. A maioria eram africanos. Só em 1980, 129 pessoas foram executadas no país.

#### O QUE FORAM OS ACONTECIMENTOS DE SHARPEVILLE ?

Em 21 de março de 1960, em várias cidades sul-africanas, houve várias manifestações de protesto contra a existência de porte, para africanos, do "livro de referências". Muitos africanos reuniram-se na porta das delegacias para protestar pacificamente contra a obrigatoriedade dos livros de referências. No posto policial do bairro negro de Sharpeville, a polícia, armada de metralhadoras e espingardas, atirou contra a multidão, enquanto aviões de guerra sobrevoavam para amedrontar os manifestantes. Sessenta e nove pessoas foram mortas e 180 ficaram feridas, inclusive mulheres e crianças.

Comemorando os acontecimentos de Sharpeville, a Assembleia Geral das Nações Unidas, consagrou o dia 21 de março como o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Esta data vem sendo lembrada, anualmente, pelos organismos das Nações Unidas, agências especializadas, organizações governamentais

ou não, Estados membros das Nações Unidas, e, pelos meios de comu  
nicação.

#### O QUE FOI A MANIFESTAÇÃO NO SOWETO ?

Em 16 de junho de 1976, os estudantes do bairro negro do Soweto, à cerca de 20 quilômetros de Johannesburg, decidiram en  
trar em greve e ir para a rua protestar contra a decisão do regi  
me do apartheid em introduzir o africâner como língua curricular. Até então, o inglês é que era a língua curricular. O protesto rapi  
damente espalhou-se por outras cidades da África do Sul. A respos  
ta do regime foi rápida e violenta: cerca de 1000 estudantes fo -  
ram mortos e milhares ficaram feridos durante as manifestações.

A manifestação do Soweto simboliza não apenas a rejei -  
ção total à "educação bantu" e ao apartheid, como também a deter-  
minação da população negra em derrubar o apartheid. Todos os anos  
- desde 1976 - e de acordo com a resolução da Assembleia Geral, a  
Comissão Especial Contra o Apartheid se reúne no Dia do Soweto  
(16 de junho) para comemorar a data.

#### O QUE FAZEM AS NAÇÕES UNIDAS PARA AJUDAR AS VÍTIMAS DO APARTHEID?

Os esforços das Nações Unidas para ajudar as vítimas da  
perseguição na África do Sul são canalizados através de vários fun  
dos e programas.

Além do Fundo de Crédito das Nações Unidas para a Áfri-  
ca do Sul, levantou-se um fundo voluntário, em 1956, para dar as-  
sistência legal a "pessoas perseguidas pela legislação repressi-  
va e discriminatória da África do Sul" e auxílio à educação. As  
vítimas de perseguição na Namíbia também são beneficiadas. O Fun



do já levantou mais de 10,4 milhões de dólares. As contribuições para o Fundo podem ser feitas através do governo, de organizações ou individualmente.

O Fundo das Nações Unidas para a Namíbia, aprovado pela Assembleia Geral, em 1970, é empregado para ajudar as vítimas de perseguição, além de financiar a educação e programas de treinamento para o povo namíbio, tendo em vista, particularmente, suas futuras responsabilidades administrativas.

O Programa de Educação e Treinamento das Nações Unidas para a África Austral levantou fundos a partir da contribuição espontânea de centenas de estudantes, possibilitando aos jovens da África do Sul e Namíbia estudarem em escolas e universidades de diversos países. Mais de 2000 estudantes graduaram-se graças a esse Programa e esperam poder participar do processo de desenvolvimento de seus países, assim que a independência for efetiva da ou quando as maiorias estiverem no poder.

#### A ÁFRICA DO SUL PRETENDE EXPANDIR O REGIME DO APARTHEID PARA O EXTERIOR ?

Pretende. Violando a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1966, que acabou com a tutela da África do Sul sobre a Namíbia (então chamada África do Sudoeste) outorgada pela Liga das Nações, e colocou o território sob a tutela das Nações Unidas até a independência, a África do Sul vem se recusando a retirar-se daquele território-onde 1.500.000 africanos são majoritários numa proporção de 15 sobre 1 - e continuou administrando-o como se fosse sua propriedade. Houve, inclusive, esforços no sentido de se aplicar a mesma política de segregação tribal e racial do apartheid tal como é praticada na África do Sul.

Não só a Assembléia Geral, mas também o Conselho de Segurança da ONU, com o apoio do Tribunal Internacional de Justiça, pediram que a África do Sul se retirasse daquele país e que se realizassem eleições livres, sob a fiscalização e o controle das Nações Unidas, com vistas à independência da Namíbia.

A África do Sul também foi acusada pela ONU de ameaçar a segurança dos países vizinhos que apoiam os movimentos de libertação.

¶

QUAIS SÃO AS MEDIDAS DA ONU PARA EVITAR A CORRIDA ARMAMENTISTA NA ÁFRICA DO SUL ?

Em 1963, o Conselho de Segurança recomendou a todos os países que interrompessem a venda e o comércio de armas, munições e equipamentos militares com a África do Sul. Mais tarde, o embargo deveria incluir equipamentos e materiais de fabricação e manutenção de armamentos, além de munição. Em 1972, o Conselho pediu a todos os países para que aderissem plenamente ao embargo de armamento, e, em 1977, tornou-o obrigatório.

Apesar do embargo, a África do Sul continuou a receber aviões, submarinos e outros equipamentos militares de outros países. Os militares sul-africanos continuaram a receber treinamento no exterior, a África do Sul preparou-se e começou a fabricar suas próprias armas, munições e outros equipamentos militares.

QUAL O PAPEL DO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO, E DOS INVESTIMENTOS, NA MANUTENÇÃO DO REGIME DO APARTHEID ?

A Assembléia Geral da ONU e a Comissão Especial Contra o Apartheid chamaram a atenção para o fato de que todos os paí -

ses que mantenham relações comerciais com a África do Sul, além das companhias que fazem investimentos neste país, estão, efetivamente, apoiando o regime do apartheid. Os investimentos estrangeiros aumentaram sensivelmente nos últimos anos, ou seja, de 5,8 bilhões de rands, em 1970, para 21,3 bilhões, em 1977.

A Assembléia pediu a todos os países para que rompessem relações econômicas, técnicas, diplomáticas e militares com a África do Sul, e condenou violentamente "a atitude de países e interesses econômicos estrangeiros que continuam a colaborar com o regime racista sul-africano, em desobediência às resoluções da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança, e que, desta forma, encorajam-no a insistir em sua política desumana". A Assembléia apelou, especialmente, para os principais parceiros comerciais da África do Sul - Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha Ocidental, Japão e Itália - "no sentido de romperem com o regime racista" e participarem dos esforços da ONU com vistas à eliminação do apartheid.

Conforme declaração de um ex-presidente da Comissão Especial Contra o Apartheid, os principais parceiros comerciais podem "apoiar ou não" a campanha da ONU contra o apartheid". Os esforços internacionais para isolar a África do Sul tanto economicamente quanto a outros níveis, têm sido inúteis ou ineficazes, porque, para alguns países, o lucro continua a ser a grande razão dos direitos humanos", declarou ele.

QUAIS SÃO OS PAÍSES QUE MANTÊM RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS, COMERCIAIS E OUTRAS COM A ÁFRICA DO SUL ?

De acordo com fontes oficiais sul-africanas, são os seguintes os países que mantêm relações diplomáticas, comerciais e outras com a África do Sul: Argentina, Austrália, Áustria, Bél-

gica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, República Dominicana, Finlândia, França, Alemanha Ocidental, Grécia, Guatemala, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Liechtenstein, Luxemburgo, Malawi, Mônaco, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Tailândia, Inglaterra, Estados Unidos e Uruguai.

QUE OUTRAS MEDIDAS A ONU DEVERIA TOMAR PARA ELIMINAR O APARTHEID ?

A Assembléia Geral declarou que as sanções econômicas, e outras, internacionalmente adotadas, baixadas pelo Capítulo VII da Carta, constituiriam uma das medidas mais efetivas para uma solução pacífica do problema. O embargo obrigatório de fornecimento de armas à África do Sul, preconizado pelo Conselho de Segurança, foi implantado em novembro de 1977, mas até hoje o Conselho tem se mostrado ineficaz para impor as sanções contra aquele país, por causa dos votos contrários de três de seus membros permanentes.

Diversas opiniões foram resumidas por um relator especial da Comissão de Direitos Humanos:

"A grande maioria dos países membros acha que a única maneira de chegar à paz é através da imposição de sanções econômicas contra o governo da África do Sul... Estas sanções implicam uma postura por parte do Conselho de Segurança e a mais ampla cooperação dos países, particularmente os grandes parceiros comerciais da África do Sul. Estes últimos, inclusive três membros permanentes do Conselho de Segurança (França, Inglaterra e Estados Unidos), têm declarado que, atualmente, a situação da África do Sul não ameaça a paz, que as sanções econômicas são complexas e onerosas, e que podem deixar de cumprir seus propósitos na região. O fato é que não existe consenso para que o Conselho de Segurança possa agir".

## O QUE AS PESSOAS E AS ORGANIZAÇÕES PODEM FAZER PARA COMBATER O APARTHEID ?

A Assembléia Geral frequentemente convida organizações, instituições e veículos de comunicação de massa a participar da luta contra o apartheid, objetivando:

1) rompimento de qualquer cooperação militar, econômica e política com a África do Sul;

2) interrupção, por parte de interesses econômicos estrangeiros, de qualquer atividade que encoraje o regime sul-africano apartheidista;

3) denúncia da tortura e maus tratos de presos sul-africanos;

4) desencorajamento da emigração para a África do Sul, principalmente de trabalhadores qualificados.

5) boicote no esporte, na cultura, etc.;

6) coleta de contribuições, em todo o mundo, para prestar assistência às vítimas do apartheid, e apoio ao Movimento de Libertação Sul-africano.

A Comissão Especial Contra o Apartheid declarou que "qualquer pessoa, individualmente ou em grupo, pode participar da campanha internacional contra o apartheid e outras formas de racismo". É importante observar que os grupos não governamentais podem:

1) organizar encontros e debates para sensibilizar e divulgar informações sobre a questão;

2) retirar-se ou recusar envolvimento com firmas e bancos que apoiem o regime sul-africano através da cooperação econômica e financeira;

3) pressionar instituições esportivas, no sentido de levá-las a excluir times sul-africanos selecionados na base do racismo;

4) recolher contribuições em favor das Nações Unidas e de seu Programa de Educação, bem como em favor dos movimentos de libertação e outras organizações que lutam contra o apartheid.

#### COMO A ONU ENCARA O FUTURO DA SOCIEDADE SUL-AFRICANA ?

A ONU tem procurado uma solução que garanta a implementação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todo o povo sul-africano, independente de raça, cor ou religião.

Em 1965, a Comissão Especial Contra o Apartheid declarou:

"Se o governo sul-africano e a minoria branca se dispuserem, em tempo hábil, a rever sua posição... não há dúvida de que os não brancos vão aceitar discutir os termos da mudança, e a comunidade internacional poderá dar toda a assistência necessária à transição, à segurança e à legitimação dos interesses de todo o povo sul-africano."

Mas, em 1970, a Comissão Especial declarou que a África do Sul não apenas tinha deixado de "rever" sua política, como também vinha implementando as mais irrestritas e violentas medidas de separação e segregação racial, aumentando, assim, o ódio racial e a ameaça de conflito violento na África do Sul, e, na África.

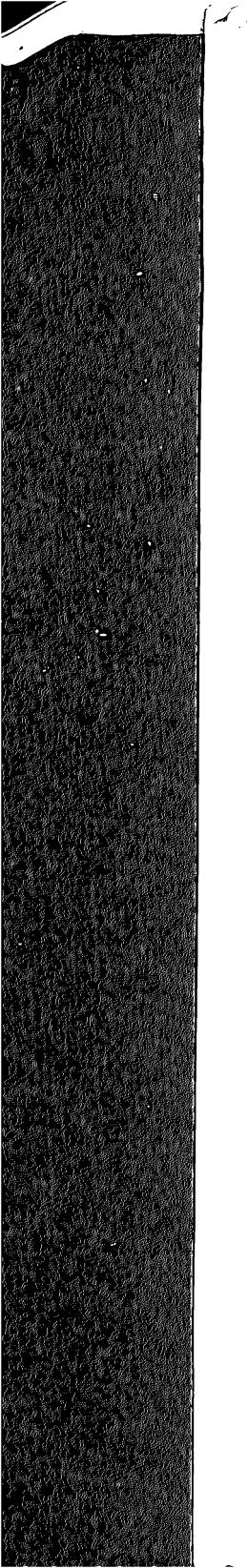
ca Austral. Porque a África do Sul tem rejeitado a proposta de paz da ONU, segundo a opinião da Comissão Especial, o povo oprimido da África do Sul e seus movimentos de libertação, hoje, estão convencidos de que só poderão obter seus inalienáveis direitos e liberdades através da luta armada e de atividades clandestinas.

Em 1971, a Assembléia Geral ratificou "a legitimidade da luta do povo oprimido sul-africano para eliminar, por todos os meios, o apartheid, a discriminação racial e ideologias semelhantes, e para alcançar o controle majoritário do país, através do sufrágio universal". Em 1975, a Assembléia declarou que a ONU e a comunidade internacional têm "uma grande responsabilidade em relação ao povo oprimido sul-africano e seus movimentos de libertação, em relação a todos aqueles que estão presos, vigiados ou exilados porque lutaram contra o apartheid".

A Assembléia vem reiterando sua determinação em dedicar "a maior atenção e todos os recursos necessários para unir os esforços internacionais, em cooperação com a Organização da Unidade Africana com vistas à rápida erradicação do apartheid na África do Sul e à libertação do povo sul-africano".







**Apoio: CENTRO DE INFORMAÇÃO  
DAS NAÇÕES UNIDAS**



**40.º Aniversário das Nações Unidas**

**1985**



**PREFEITURA  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
Departamento Geral de Cultura  
Divisão de Difusão Cultural**